

Apelo à Acção sobre
Aleitamento Materno e Alimentação de Lactentes e
Crianças Pequenas

23 de Novembro de 2015

Lisboa, Portugal



Apelo à Acção sobre Aleitamento Materno e Alimentação de Lactentes e Crianças Pequenas

23 de Novembro de 2015, Lisboa, Portugal

Nós, os participantes oriundos de grupos diversos, incluindo organizações de sociedade civil, profissionais de saúde, académicos, organizações de aleitamento materno, organizações civis, especialistas jurídicos, movimentos, agências internacionais e indivíduos, unimo-nos no lançamento do Relatório de 2015 da Iniciativa Mundial sobre Tendências do Aleitamento Materno, que foi apresentado no dia 23 de Novembro de 2015, em Lisboa, Portugal.

O Relatório de 2015 da Iniciativa Mundial sobre Tendências do Aleitamento Materno avalia e documenta a implementação de Políticas e Programas de Aleitamento Materno e Alimentação de Lactentes e Crianças Pequenas de acordo com a Estratégia Global de Alimentação de Lactentes e Crianças Pequenas.

Tomamos conhecimento das lacunas e também dos sucessos neste relatório e estamos preocupados e reconhecemos que a protecção, promoção e apoio do aleitamento materno e da alimentação ideal de lactentes e crianças pequenas é uma questão de direitos humanos e que deverá ser implementada nas políticas e programas públicos, como uma condição necessária e que precisa de investimento de tempo e de recursos.

Apelamos ao Governo de Portugal que tome as seguintes medidas:

- Deverá ser criado um Comité para o Aleitamento Materno em Portugal, com representantes de vários sectores (departamentos governamentais, organizações não governamentais e profissionais de saúde). O Coordenador Nacional alocado para a Comissão Nacional de Aleitamento Materno deverá ter a autoridade e os poderes adequados.
- Devia ser criado um órgão dentro da ASAE que monitorizasse o cumprimento do Decreto-Lei n.º 217/2008, de 11 de Novembro, Fórmulas para lactentes e fórmulas de transição.
- Prolongar a licença de maternidade paga para apoiar o aleitamento materno exclusivo durante 6 meses, tal como recomendado pela Organização Mundial de Saúde.
- Aumentar o número de hospitais acreditados pela Iniciativa Hospital Amigo dos Bebés em Portugal, tanto no sector privado, como no público.
- Os Cantinhos de Amamentação que ainda existem dentro do Sistema Nacional de Saúde precisam de ser avaliados e documentados.
- Contratualizar indicadores relacionados com a prática do aleitamento materno com as Unidades de Saúde dos Cuidados de Saúde Primários.
- A informação sobre o aleitamento materno na primeira hora de vida deveria ser registada em todas as unidades de saúde para que se possam obter dados mais realistas.

- A informação sobre a duração mediana em meses do aleitamento materno dos bebés deveria ser registada em todas as unidades de saúde para que se possam obter dados mais realistas.
- A formação relevante sobre alimentação de lactentes e crianças pequenas deve ser livre de influências comerciais e de acordo com o Código Internacional de Marketing de Substitutos de Leite Materno e subsequentes resoluções da Assembleia Mundial de Saúde e uma grande parte da formação podia ser mais centrada no aleitamento materno.
- Deverá ser criado um guia independente sobre a alimentação de lactentes e crianças pequenas focado, especialmente, na alimentação de crianças até aos 2 anos de idade.
- Deverá ser desenvolvida uma campanha que incentive o aleitamento materno em detrimento da utilização do biberão.
- O aleitamento materno exclusivo até aos 6 meses deve ser incentivado pelos profissionais de saúde e, conseqüentemente, a introdução de alimentação complementar deverá ocorrer apenas depois desse período, de acordo com as recomendações da OMS.
- Recomendamos que Portugal adopte oficialmente o Guia Operacional para Profissionais de Apoio e Administradores de Programas nas Situações de Emergência – Alimentação de Lactentes e Crianças Pequenas em Situações de Emergência e o incorpore nos seus planos de emergência existentes ou que crie um guia com base neste documento.

Nome: Valentim Miranda

Profissão: Vereador

Organização: Câmara Municipal de Gaia

Nome: Elsa Paulino

Profissão: Médica

Organização: Amamentos

Nome: Graça Maria Soares Góis Pereira Gonçalves

Profissão: Médica

Organização: Amamentos

Nome: Albino Pinto de Almeida

Profissão: Presidente

Organização: Assembleia Municipal de Gaia

Nome: Maria Adriana Pereira

Profissão: Coordenadora Nacional

Organização: Farmácia Amiga do Aleitamento Materno

Nome: João José Joaquim

Profissão: Docente Ensino Superior

Organização: ESTES (Escola Superior de Tecnologias da Saúde) Coimbra / IPC
(Instituto Politécnico de Coimbra)

Nome: João Miguel Pinheiro de Almeida Costa

Profissão: Jurista

Organização: Ministério da Saúde

Nome: Marlene da Costa Dias Vieira

Profissão: Enfermeira Serviço Puerpério

Organização: Maternidade Dr. Alfredo da Costa

Nome: Victor Manuel Borges Ramos

Profissão: Médico de Família

Organização: Unidade de Saúde Familiar de São João do Estoril, ACES de Cascais,
ARSLVT

Nome: Maria Amélia Amorim da Cunha

Profissão: Enfermeira SMD

Organização: ARSC – ACES Baixo Mondego – Unidade de Cuidados na Comunidade
Norton de Matos

Nome: Ana Jorge

Profissão: Pediatra

Organização: Iniciativa Hospital Amigos dos Bebés UNICEF Portugal, Hospital Garcia da Horta

Nome: António Gomes

Profissão: Pediatra, Diretor do Comité do Aleitamento Materno Garcia da Horta

Organização: Hospital Garcia da Horta

Nome: Ana Lúcia

Profissão: Enfermeira parteira, IBCLC

Organização: Centro da saúde Oeiras

Nome: Marta de Araújo Ribeiro Stilwell

Profissão: Gestora

Organização: IBFAN Portugal

Nome: Jacqueline de Montaigne

Profissão: Coordinator IBFAN Portugal

Organização: IBFAN Portugal

Nome: Isabel Martins Loureiro

Profissão: Cientista

Organização: IBFAN Portugal

